

APROVO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO
EM REGIME DE OUTSOURCING, POR LOTES**

CONCURSO PÚBLICO

8/SGMTSSS/2022

PROGRAMA DE CONCURSO

Cláusula 1ª

Objeto do Procedimento

Este procedimento tem por objeto a **aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing por lotes**, para as seguintes entidades:

- **Lote 1 – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)**
- **Lote 2 – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)**
- **Lote 3 – Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (IGMTSSS)**
- **Lote 4 – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego/Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO ISE/PO APMC)**

Cláusula 2ª

Entidade Adjudicante

O procedimento é desenvolvido pela Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (SGMTSSS), de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 21/2012, de 8 de fevereiro, com a redação dada pelo Decreto Regulamentar n.º 5/2014, de 30 de outubro, e das declarações de mandato emitidas pelos dirigentes dos serviços agregados neste procedimento, identificadas no quadro infra.

Lotes		NIF	Local
1	CITE	600087450	Rua Américo Durão, n.º 12-A, 1.º e 2.º Olatias 1900-064 Lisboa
2	DGERT	600073270	Praça de Londres, n.º 2, 13.º 1049-056 - Lisboa Av. da Boavista n.º 1311, 4.º 4149-005 Porto
3	IGMTSSS	600061329	Av. Elias Garcia n.º 12 1049-042 Lisboa
4	POISE	600081966	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86 1070-065 Lisboa Praceta da Cooperativa a Realidade, n.º 17 S. Mamede de Infesta - 4465-330 Porto

Cláusula 3ª

Decisão de Contratar

1. A decisão de contratar foi tomada pelos dirigentes dos serviços agregados neste procedimento nas respetivas declarações de mandato e nos termos e fundamentos constantes da Informação nº I-SG/DCAP-DCOP/5440/2022.
2. A Senhora Secretária-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para, em nome e representação deste serviço e até ao limite da despesa ora autorizada, foi mandatada para conduzir a tramitação do procedimento e proceder à sua adjudicação, até ao limite da competência, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 109.º do CCP.
3. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 36.º do CCP, foram acautelados todos os pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

Cláusula 4ª

Tipo de Procedimento

O presente procedimento de contratação reveste a forma de concurso público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do artigo 20.º e do artigo 131.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Cláusula 5ª

Consulta e disponibilização das peças do concurso

1. O programa de concurso e o caderno de encargos estão disponíveis, para consulta dos interessados, nos serviços da entidade adjudicante entre as 10:00 horas e as 16:30 horas (com intervalo para almoço entre as 12:00 horas e as 14:30 horas), desde o dia da publicação do anúncio no *Diário da República*, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O programa de concurso e o caderno de encargos estão também disponíveis na plataforma eletrónica de contratação www.acingov.pt.

3. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o *download* das peças do procedimento, bem como apresentar proposta.
4. Para ter acesso à plataforma da ACINGOV, o interessado deverá efetuar o respetivo registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
5. Em caso de dificuldade o interessado deve contactar o Serviço de Apoio através do número 707 451 451.

Cláusula 6ª

Comunicações e notificações

Todas as comunicações/solicitações, no âmbito do presente procedimento, devem ser enviadas pelos concorrentes através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt>.

Cláusula 7ª

Pedidos de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do programa de concurso e do caderno de encargos e respetivos anexos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, acessível em <http://www.acingov.pt>, na funcionalidade “Esclarecimentos”.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito pelo júri do procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo todas as entidades interessadas imediatamente notificadas desse facto.
3. Os esclarecimentos, supracitados, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estes em caso de divergência.

Cláusula 8ª

Erros e Omissões sobre as Peças do Procedimento

1. Os concorrentes podem apresentar uma lista identificando, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões das peças do procedimento por si detetados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

Cláusula 9ª

Concorrentes

Podem apresentar proposta as entidades, pessoas singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 10ª

Agrupamento de concorrentes

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre si exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento de concorrentes são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento de concorrentes, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresa (ACR) ou consórcio externo, um e outro sempre no regime de responsabilidade solidária passiva, de acordo com a legislação nacional em vigor, com o objetivo de satisfazer cabalmente todas as prestações, obrigações e garantias na sequência da adjudicação.

Cláusula 11ª

Prazo e Modo de Apresentação da Proposta

1. Cada concorrente apenas pode apresentar uma proposta.
2. A proposta, bem como os documentos que a acompanham, devem ser apresentados exclusivamente de forma eletrónica na plataforma de contratação, acessível em www.acingov.pt. **até às 23h59 do 30.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para o Diário da República e o Jornal Oficial da União Europeia.
3. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, **devem ser assinados eletronicamente, sob pena de exclusão**, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Todos os documentos e informações, exigidos por lei e/ou indicados neste convite, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.
6. Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes do termo do prazo no n.º 2 da presente cláusula.
7. Caso o envio completo da proposta não seja bem-sucedido, considera-se não ter existido qualquer apresentação de proposta.
8. Não serão admitidos, em caso algum, os concorrentes cujas propostas deem entrada depois de terminado o prazo fixado na presente cláusula.

Cláusula 12ª

Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 13ª

Negociação/Leilão Eletrónico

Não há lugar a negociação/leilão eletrónico.

Cláusula 14ª

Caução

Considera-se, face ao valor do preço contratual ser inferior a 500.000,00 €, que não deve ser exigida caução, nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 15ª

Esclarecimentos sobre a Proposta

A entidade adjudicante poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas

Cláusula 16ª

Prazo de Validade da Proposta

O prazo de validade da proposta, nos termos do artigo 65.º do CCP, é de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Cláusula 17ª

Documentos que Constituem a Proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), cujo modelo pré-preenchido pela SGMTSSS, em formato PDF e em formato XML.
- b) Declaração do concorrente de inexistência de conflitos de interesses, emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa de concurso, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

- c) Declaração do concorrente de confidencialidade, emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente de programa de concurso, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - d) Documento(s) que contenha(m) os atributos da proposta, submetidos a concorrência pelo caderno de encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
 - i. Valor mensal e total do aluguer do equipamento, conforme modelo de decomposição do preço anexo ao programa de concurso, de preenchimento obrigatório, por lote;
 - ii. Preço unitário por cópia/impressão adicional a cores, conforme modelo de decomposição do preço anexo ao programa de concurso, de preenchimento obrigatório, por lote;
 - iii. Preço unitário por cópia/impressão adicional a preto, conforme modelo de decomposição do preço anexo ao programa de concurso, de preenchimento obrigatório, por lote;
 - iv. Prazo de entrega dos equipamentos, conforme modelo de decomposição do preço anexo ao programa de concurso, de preenchimento obrigatório, por lote;
 - v. Documento comprovativo do Consumo de eletricidade do equipamento proposto (kWh);
 - e) Documento que contenha os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, designadamente:
 - i. Comprovativo de adesão ao programa Energy Star;
 - ii. Declaração de Compromisso sobre Destino Final dos Resíduos, conforme Anexo II do presente programa de concurso;
 - iii. Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (Certidão Permanente, atas, procurações ou outros).
 - iv. Quaisquer outros documentos que o convidado a apresentar proposta considere indispensável à avaliação da mesma.
2. Os documentos que constituem a proposta **deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.**
3. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos identificados no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Cláusula 18ª

Preço Base

1. O preço base total do procedimento é de **203.053,60 € (duzentos e três mil e cinquenta e três euros e sessenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, o qual compreende todos os serviços previstos nas especificações técnicas do presente caderno de encargos, repartido pelos lotes conforme indicado no quadro infra:

Lote		Local	Nº de Equipamentos	Contrato			Preço Base
				Início	Término	Duração	
1	CITE	Lisboa	2	01/06/2022	31/05/2025	36 meses	16.000,00 €
2	DGERT	Lisboa	4	03/12/2022	31/05/2025	30 meses	51.000,00 €
		Porto	1	03/12/2022	31/05/2025	30 meses	
3	IGMTSSS	Lisboa	2	01/09/2022	31/05/2025	33 meses	15.153,60 €
4	POISE	Lisboa	6	01/07/2022	31/05/2025	35 meses	120.900,00 €
		Porto	4	01/07/2022	31/05/2025	35 meses	
Preço Base Total							203.053,60 €

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente, todo o fornecimento dos materiais/bens necessários e adequados à execução do contrato, mão-de-obra, deslocações, etc.
3. O preço base está decomposto, por lote, da seguinte forma:
 - Preço da mensalidade, por equipamento;
 - Preço unitário por cópias adicionais a preto;
 - Preço unitário por cópias adicionais a cores.
4. O preço constante na proposta deverá ser indicado em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do CCP.
5. O preço base de cada lote foi determinado na sequência da consulta preliminar efetuada ao mercado, nos termos do artigo 35º-A do CCP.

Cláusula 19ª

Local de Execução do Contrato

Os equipamentos deverão ser entregues nas quantidades e locais abaixo identificados:

Lotes		Nº de Equipamentos	Local
1	CITE	2	Rua Américo Durão, n.º 12-A, 1.º e 2.º Oaias 1900-064 Lisboa
2	DGERT	4	Praça de Londres, n.º 2, 13.º 1049-056 - Lisboa
		1	Av. da Boavista n.º 1311, 4.º 4149-005 Porto
3	IGMTSSS	2	Av. Elias Garcia n.º 12 1049-042 Lisboa
4	POISE	6	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 86 1070-065 Lisboa
		4	Praceta da Cooperativa a Realidade, n.º 17 S. Mamede de Infesta - 4465-330 Porto

Cláusula 20ª

Critério de Adjudicação

1. Nos termos do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, **na modalidade de “multifator”**, tendo em conta os seguintes fatores e subfactores, conforme as tabelas seguintes, sendo a avaliação da proposta efetuada por lote.

Fator 1: Preço			Ponderação
Preço Base Total		203.053,60 €	70%
Preço Base Decomposto	Lote 1 - CITE	16.000,00 €	
	Lote 2 - DGERT	51.000,00 €	
	Lote 3 - IGMTSSS	15.153,60 €	
	Lote 4 - POISE	120.900,00 €	
O preço da proposta será calculado, por lotes, da seguinte forma: 10 - [(Preço Proposta / Preço Base)*10]			

Fator 2: Prazo de entrega	Pontuação	Ponderação
≤ 15 dias úteis	2	20%
< 15 dias úteis ≥ 11 dias úteis	4	
< 11 dias úteis ≥ 7 dias úteis	6	
< 7 dias úteis ≥ 3 dias úteis	8	
< 3 dias úteis	10	

Fator 3: Consumo de eletricidade por Kwh	Pontuação	Ponderação
≥ 4 Kwh	2	10%
< 4 Kwh ≥ 3,8 Kwh	4	
< 3,8 Kwh ≥ 3,6 Kwh	6	
< 3,6 Kwh ≥ 3,4 Kwh	8	
< 3,4 Kwh	10	

- Para os Lotes 2 e 4, uma vez que existe dois locais de entrega (Lisboa e Porto), para efeitos de avaliação do Fator 2 será considerado o prazo mais longo.
- Caso exista igualdade de pontuação, será dada preferência a proposta dos concorrentes de acordo com os seguintes critérios de desempate:
 - 1º Menor preço de mensalidade;
 - 2º Menor preço unitário por cópia a cores;
 - 3º Menor preço unitário por cópia preto;
- Mantendo-se, ainda assim, o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio realizar na Praça de Londres, n.º 2, 11.º Lisboa. O sorteio será realizado pelo júri do procedimento que notificará os proponentes das propostas empatas, que poderão, ou não, fazer-se representar.

5. Do ato do sorteio será lavrada ata assinada por todos os presentes.

Cláusula 21ª

Documentos de habilitação

1. O concorrente a quem for adjudicado o objeto do presente procedimento deve apresentar na plataforma eletrónica, no prazo de **5 (cinco) dias uteis**, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos e comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - e) Registo criminal de pessoa coletiva, nos termos do n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP;
 - f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - g) Identificação do gestor de contrato e respetivos contactos;
 - h) Identificação de quem vem outorgar o contrato;
 - i) Registo Central do Beneficiário Efetivo.
4. Não se verificando a apresentação dos documentos de habilitação no prazo referido no número anterior, facto determinante da caducidade da adjudicação, fica desde já notificada a entidade convidada para se pronunciar, querendo, no prazo de 2 (dois) dias uteis, apos o termo do prazo indicado no número 1, e para os efeitos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

5. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável a entidade adjudicatária, a entidade adjudicante concede a entidade adjudicatária um prazo de 5 dias uteis para suprimimento das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação.
6. **Todos os documentos devem ser assinados eletronicamente**, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 22ª

Contrato

A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 23ª

Omissões

Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as demais disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Anexo I

Declaração de inexistência de conflito de interesses

.... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de....(firma, numero de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sem reservas, que a sua representada e todos os membros da equipa técnica:

- a) Não esta abrangida, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto do procedimento de formação do contrato n.º, nomeadamente, interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, relações familiares ou afetivas ou qualquer outra ligação ou comunhão de interesses relevante;
- b) Se durante o procedimento de formação e execução do contrato tiver conhecimento de qualquer situação que possa constituir ou suscitar um conflito de interesses, informara de imediato o serviço adjudicante.

Assinatura

Data

Anexo II

Declaração de Confidencialidade

.... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de....
(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes) declara que a sua representada se obriga a respeitar o dever de sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, nos termos previstos no caderno de encargos.

Assinatura

Anexo III

Declaração de Compromisso sobre Destino Final dos Resíduos

.... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de....
(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes) declara que a sua representada se obriga a dar o destino final adequado aos seus resíduos, de acordo com a legislação aplicável, e a proceder ao envio destes para um operador de gestão resíduos devidamente licenciados para o efeito.

Assinatura

Data